

HABEAS CORPUS Nº 548.410 - SP (2019/0355861-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
WESLEY SANCHES PINHO - SP331671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HELDER ALVES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HELDER ALVES DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2227342-07.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime fechado, bem como ao pagamento de 166 dias-multa (e-STJ fls.163/169).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte local, tendo o Tribunal local conhecido parte do pedido e, na parte conhecida, denegado a ordem (e-STJ fls, 185/191):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO PRIVILEGIADO - ALTERAÇÃO DE REGIME PRISIONAL - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - CONCESSÃO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO DENEGATÓRIA FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA NA PARTE CONHECIDA.

No presente *writ* (e-STJ fls. 3/10), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão da fixação do regime fechado e da negativa de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Sustenta, quanto ao regime inicial imposto, que a gravidade abstrata do delito de tráfico não pode ser utilizada para justificar o fechado, uma vez que a pena-base foi fixada no mínimo legal, o paciente é primário e a redutora

Superior Tribunal de Justiça

foi aplicada na fração máxima. Em relação à substituição, afirma que a pena não é superior a 4 anos, o crime não foi praticado mediante violência ou grave ameaça, o paciente não é reincidente em crime doloso, e os motivos e circunstâncias do delito autorizam a substituição da pena.

Dessa forma, requer, na liminar e no mérito, a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É o relatório. **Decido.**

Não obstante as razões deduzidas na petição inicial, não vejo como dar seguimento ao presente *writ*.

Afinal, as razões da presente impetração e respectivo pedido não foram objeto de debate pela Corte local, que entendeu pela inadequação da via eleita, na medida em que a matéria seria apreciada no recurso de apelação já interposto.

Portanto, inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre o mérito da questão ora aventada e não sendo detectado, de plano, flagrante constrangimento ilegal, resulta inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Ademais, verifica-se que houve interposição de recurso por parte do Ministério Público, o que pode acarretar modificação da pena do paciente.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator